

## **Radical Radio e Outros vs. Chirilagua**

### *Antecedentes*

1. A República Federativa de Chirilagua é um Estado classificado oficialmente como de renda média/alta. Sua capital é Cedulópolis. Tornou-se um estado autônomo no início do Século XIX quando 18 ex-colônias espanholas e inglesas conseguiram sua independência e formaram uma república federativa. Desde então, Chirilagua tem tido uma democracia estável na qual, tradicionalmente, dois partidos políticos vinham se alternando no poder: o Partido Chirilaguense Popular (PCP) e o Partido pela Renovação Democrática de

5. Os líderes do RDC e vários setores de opinião se opuseram abertamente à aprovação da Cédula da Democracia por considerarem que após essa consulta poderiam ser iniciadas medidas de fato para validá-la, deixar de cumprir os preceitos constitucionais e permitir um segundo governo de Escalante. Dois meses antes das eleições, um grupo de estudantes organizou uma reunião pública em que se discutiu a possibilidade de convocar eleições antecipadas. O grupo foi liderado por um estudante de Direito da Universidade de Cuzco, chamado Juan Carlos Rodríguez Cordero. O grupo foi formado por estudantes de várias universidades e se reuniu em um salão da Universidade de Cuzco.

rtqxpkgpvg fg wo ðiqxgtpq vqvcnk<sup>a</sup>tkq swg p<sup>-</sup>q rgtokvk c gzrtguu<sup>-</sup>q rce<sup>h</sup>kec g swg  
egtegcxc c qrkpk<sup>-</sup>q g oqdknk|c<sup>±</sup>q rÀdnkeö.

ó no exercício de suas funções de diretora ó os impostos correspondentes à emissora e assumiu publicamente o cargo de porta-voz desse meio de comunicação.

14. A linha editorial da emissora é considerada como crítica ao governo. Sua unidade de jornalismo de investigação tem uma reputação muito boa por ter trazido à tona vários casos de corrupção no reinvestimento de receita originada pela exportação de cobre. Essa mesma unidade realizou um estudo da cobertura pelos canais de televisão (privados e oficiais) das eleições parlamentares de 2008, tendo verificado sério desequilíbrio na cobertura dos diferentes candidatos. Enquanto os candidatos de partidos da coalizão do governo apareciam uma média de 20 minutos em reportagens nos horários mais nobres, os candidatos de partidos da oposição tinham cobertura de, em média, 2 minutos. Desde então a rede lançou uma série de programas denominados *A Voz dos Invisíveis* aos quais foram convidados vários candidatos da oposição para exporem suas propostas.

15.

rÀdnkec eqo ectvc|gu eqpvqpfq fk|gtgu fq vkrq ãaqui está a terra que lhe falta, agora devolva-pqu qu pquuqu fktgkvquö.

18.

apresentou 14 petições formais às autoridades solicitando informação sobre abertura de licitações. Nenhuma delas foi respondida pela administração. Em março de 1995 a ACOSINTI apresentou um recurso de ação constitucional contra o Serviço Comunitário de Radiodifusão Sonora, alegando violação de seu direito à informação. A Primeira Corte de Circuito de Gorgia decidiu em seu favor, ordenando ao Serviço de Radiodifusão que respondesse plenamente às perguntas formuladas. O Serviço respondeu dias depois

iqxgtpq fqu õdcpfqu fg delinquentes que pretendem desestabilizar o país e evitar a rctvkekrc±q rqrwnctö.

26. A informação sobre as opiniões do governo e sobre as passeatas governamentais retransmitida pela Radio Su-Versión exaltou os ânimos dos participantes do Facebookaço que acharam que as passeatas de apoio ao Presidente, escoltadas pela Guarda Feder

país e o confisco de seus equipamentos. Em um comunicado de imprensa, a Comissão informou que iria iniciar as ações penais pertinentes pelo uso abusivo do espectro de rádio. De conformidade com essa decisão, no dia 19 de abril de 2008 a COFERTEL, em uma operação surpresa, confiscou os equipamentos da Radio Su-Versión.

31. Em 25 de junho de 2008, o Ministério Público indiciou 30 pessoas com base em informação fornecida pela COFERTEL. Entre os indiciados figuravam Byron Dayle, Mgncpkg Pgtgkic Pgtqpk g Ftcpeku Hqhh ocp rgnq uwrquvq fgnkvq fg õhwtvq fg dgpu fq Euvfcqõ, sob acusação de terem se apropriado e utilizado indevidamente o espectro de rádio da nação. A pena para esse delito é de 2 a 6 anos de prisão.

32. Em 30 de junho de 2008, o Ministério Público indiciou Melanie Pereira, Byron Dc{ng g Ftcpeku Hqhh ocp rgnqu uwrquvqu fgnkvqu fg õkpvkic±q rctc fgnkpswktõ<sup>3</sup> e õfkhc o c±qõ<sup>4</sup>. A representante do Ministério Público justificou suas acusações com base em gravações do programa de rádio em que se discutiu a criação de aproximadamente 50 grupos na rede Facebook que promovem ódio contra o Presidente Escalante e incitam a violência contra ele; também se baseou em gravações da emissora convidando os ouvintes a participarem do Facebookaço, e gravações da cobertura dos eventos de 3 e 10 de março de 2008.

33. Em 2 de julho de 2008, o Ministério Público indiciou William Garra por ter supostamente cometido em 3 de março de 2008 os delitos de instigação para delinquir, difamação e homicídio de dois civis e um elemento policial.

#### *As ações judiciais iniciadas pelas estações de rádio e o desenlace dos processos penais*

34. Em 10 de abril de 2008, Byron Dayle, representante legal da Radical Radio, apresentou petição perante o juiz competente solicitando que fosse declarada a nulidade da decisão administrativa que decretou o cancelamento da concessão outorgada à emissora. Em 15 de agosto de 2008, a demanda judicial foi admitida pelo Tribunal Administrativo que notificou a COFERTEL. Essa entidade respondeu à demanda dentro do prazo legal e solicitou provas. Desde 15 de janeiro de 2009 o processo administrativo contencioso está em fase probatória.

35. Em 30 de abril de 2008, Byron Dayle e Melanie Pereira apresentaram uma ação constitucional ante a Segunda Corte de Circuito de Cedulópolis alegando que o cancelamento da concessão outorgada à emissora Radical Radio vulnerava seu direito ao devido processo, à liberdade de expressão, opinião e empreendimento; assim como

---

<sup>3</sup> Euvq fgnkvq guv<sup>a</sup> vkrkhkecfq pq C»fkiq Pgpcc pqu ugi wkpvgu vtgoqu: õQwgo kpekvt rwdnkec ogpvg qwtq qw outros para que cometam um determinado delito ou gênero de delitos, ficará sujeito a prisão de três (3) meses a três (3) anosõ.

<sup>4</sup> O delito de difamação está tipificado no Código Penal nos seguintes termos: õQuem, ao se comunicar com várias pessoas reunidas ou separadas, tiver imputado a algum indivíduo um ato determinado capaz de expõ-lo ao desprezo ou ao ódio público ou ofensivo à sua honra ou reputação, será punido com prisão de três a dezoito meses. Se o delito for cometido em documento público ou com material escrito, desenhos divulgados ou expostos ao público, ou com outros meios de publicidade, a pena será de seis meses a vinte e quatro meses de prisãoõ.



vulnerava o direito à informação e à participação democrática da comunidade de Chirilagua. Em suas alegações afirmaram que a ação constitucional como mecanismo

Peroni e o Sr. Hoffman foram condenados a seis meses de prisão. Esta pena podia ser comutada mediante pagamento de multa equivalente a USD 15.000. Hoffman e Pereira recorreram da decisão que foi mantida pelo Tribunal de Recursos pertinente em primeiro de outubro de 2008.

39. Em 25 de julho de 2008, o Ministério Público acusou formalmente William Garra de cometer delitos de instigação para delinquir, difamação e homicídio. Em 23 de novembro de 2008, o Terceiro Tribunal Criminal de Delitos Federais condenou William Garra a 12 anos de prisão por sua responsabilidade nos delitos de instigação para

